

JUNHO DE 2013 E A ALTERAÇÃO MORAL DA VIOLÊNCIA: TRANSMUTAÇÕES ENTRE UMA ESQUERDA TITUBEANTE E UMA DIREITA INSURRECIONAL

JUNE 2013 AND THE MORAL CHANGE OF VIOLENCE: TRANSMUTATIONS BETWEEN A FALTERING LEFT AND AN INSURRECTIONARY RIGHT

Lara Sartorio Gonçalves

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), onde também concluiu o mestrado em Sociologia; e bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora do subgrupo de Movimentos Sociais no Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) e integrante da equipe docente do Diploma Superior “Protestas y Movimientos Sociales”, do Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO).

RESUMO

Este artigo se insere no campo das disputas quanto aos legados de junho de 2013 e busca compreender as manifestações multitudinárias daquele ano como um processo que evidenciou elementos previamente presentes e estruturantes da política brasileira. Durante os protestos, alguns desses elementos sobressaltaram e sofreram catalisação extraordinária. Nesse contexto, derivamos duas premissas fundamentais: a primeira destaca a existência de uma matriz sócio-histórica brasileira que serve como matéria-prima para as transformações observadas nas ruas. A segunda é que a violência não apenas foi central nas chamadas Jornadas de Junho, como viveu uma inflexão no período quanto à sua moralidade e quanto às suas apropriações. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo retomar as interações entre os diversos sujeitos políticos de Junho de 2013 para identificar os recursos (e também recuos) à violência e os impactos que isso produziu nos campos políticos, posteriormente distribuídos em acentuada polarização. Como resultado da análise, notamos um efeito de deslocamento dos sujeitos à frente das dinâmicas insurrecionais.

PALAVRAS-CHAVE: Junho de 2013; violência; economia dos afetos; aspecto insurrecional.

ABSTRACT

This article fits into the field of disputes regarding the legacies of June 2013 and seeks to understand the multitudinous manifestations of 2013 as a process that revealed previously present and structuring elements of Brazilian politics. During the protests, some of these elements stood out and underwent extraordinary catalysis. In this context, we derive two fundamental premises: the first emphasizes the existence of a Brazilian socio-historical matrix that serves as raw material for the transformations observed in the streets. The second is that violence not only was central in the so-called June Journeys but also experienced an inflection during the period regarding its morality and appropriations. In this sense, the article aims to revisit the interactions among the various political subjects of June 2013 to identify the resources (and also retreats) to violence and the impacts this produced in political fields, subsequently distributed in pronounced polarization. As a result of the analysis, we note an effect of displacement of subjects ahead of insurrectional dynamics.

KEYWORDS: June 2013; violence; economy of affects; insurrectional aspect.

Introdução

Qual a imagem que lhe vem à mente quando falamos dos protestos de junho de 2013? Propus esse exercício algumas vezes em sala de aula e as respostas mobilizaram imagens de “quebra-quebra”, “vandalismo”, muita violência e objetos em chamas (“molotovs”, ônibus, viaturas, pneus). Para quem assistiu pelas telas da TV, viu um mundo incendiário e em destruição. Os cenários eram sombrios, caóticos e flamejantes. Para quem acompanhou pelas redes sociais ou ocupou determinada “ala” dos protestos, sentiu indignação diante da truculência da polícia contra manifestantes. Para quem estava lá, lembra com certo tom traumático a violência em múltiplas camadas e direções: a repressão policial – fardados e à paisana –, a violência entre manifestantes que gritavam “sem partido” e “Brasil unido não precisa de partido” e integrantes de partidos de esquerda; a tática *black bloc* como expressão de uma violência da revolta etc. Não à toa, as manchetes, mesmo 10 anos depois, majoritariamente se referiram à Junho destacando “a violência e a repressão” do período.

A teoria dos protestos e movimentos sociais nos mostra que essa abordagem não é nova, e a violência tem sido historicamente recurso de análise e explicação sobre por que as manifestações acontecem, como elas agregam pessoas a ponto de massificá-las e quem são os sujeitos políticos que a integram e por que foram mobilizados. A violência é frequentemente tratada como aspecto central para a compreensão de certa flutuação das massas em termos de engajamento – seja a violência policial, seja a do próprio levante popular.

Sem entrar no mérito ou na autoria correspondente, a leitura de que um alto grau de violência estava presente nas ruas de 2013 é consensual – mesmo em meio às múltiplas divergências e dissensos quanto ao período. Não à toa, os estudos sobre as Jornadas de Junho no Brasil frequentemente tomam a violência como ponto de partida da análise, recurso utilizado inclusive para atribuir valor de discordância ou concordância sobre o período. Muitas vezes ela é associada ao tema das ações diretas, da tática *black bloc*, da juventude inconsequente e radical etc. E em outros é vinculada à repressão policial, ao papel da violência do Estado em fazer inchar ou esvaziar os movimentos nas ruas e aos formatos de apropriação midiática relativos à violência e à estética do fogo.

Nesse sentido, é possível dizer que a literatura específica sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil esteve dedicada a refletir a violência contida nas táticas utilizadas nos protestos que sobressaltam como novidade do período: tanto a participação das táticas *black bloc* (SOLANO, 2014), as ocupações de prédios públicos, as destruições de bancos e lojas (SAFATLE, 2014; NUNES, 2022; GOHN, 2023) como os usos robustos de tecnologia por parte da repressão policial (ALMEIDA, 2019) foram temas que sugeriram marcadores de Junho de 2013. Analistas de toda sorte, ao se debruçarem sobre Junho de 2013, identificaram a relevância da violência. Seja a violência como fator que conduziu à massificação dos movimentos (no caso da repressão policial), seja como critério de desmobilização e esvaziamento da presença da classe média (no

caso da violência protagonizada pela juventude), afirmando, como o fez Maria da Glória Gohn (2023), que essa violência “desconstruiu” junho de 2013.

No entanto, não houve um esforço de compreensão quanto ao fenômeno da violência e seu papel modificador do fazer político ao longo do período. O que pode gerar, em termos de captura afetiva, o fascínio pelo fogo flamejante? Ou a permissividade momentânea de praticar a violência em um momento que tudo e nada parecia ser ao mesmo tempo moralmente autorizado e criminalmente impedido? Quais as reconfigurações na arena política que resultam de apropriações da violência? Este artigo parte da inquietação quanto às alterações relativas à moralidade da violência, a partir de Junho de 2013, e seu papel como vetor dos deslocamentos entre e intracampos da esquerda e da direita política em relação ao ímpeto insurrecional e aos projetos de sociedade.

Se a complexidade do fenômeno criou tendências de leituras que mais avaliam do que analisam as manifestações de junho de 2013 e seus ecos, ela não deve ser tomada como impeditiva da análise. A cosmovisão e a metodologia anticolonial, por exemplo, fornecem-nos ferramentas poderosas para uma elaboração que coloque em perspectiva fluxos, penetrações e descentralização necessários à acuidade. É possível dizer que o caráter multitudinário dos protestos de 2013 nos apresenta uma constelação de fenômenos relacionados, que se conformaram como vetores não apenas dos acontecimentos do ano de 2013, mas também daqueles que se desdobram e em relação com os que o antecedem. Nisso, aliás, consiste o tratamento processual do período, no lugar de examiná-lo como um evento cristalizado em si mesmo. É por meio dessa abordagem dotada de fluidez, movimento e perspectivas ampliadas, ao passo que sensíveis aos detalhes, que pretendo seguir esse texto.

O leitor notará que não me dedico à classificação rigorosa dos campos políticos; outros autores como Angela Alonso (2023) e Breno Bringel e Geoffrey Pleyers (2015) já o fizeram. Mas para fins operacionais de meu argumento neste breve artigo, optei por trabalhar principalmente com dois polos majoritários, à esquerda e à direita, buscando compreender os deslocamentos intra e entrecampos, suas reconfigurações e os sujeitos políticos deles excluídos. Nesse sentido, não me aproprio do acúmulo realizado nessa área e não pretendo realizar um tratamento rigoroso quanto a categorias, origens e problemas de classificação, tendo em vista que esse não é o objetivo do artigo e está longe de ser um tema que se atravessa com celeridade. Estou, nas palavras que seguem, mais preocupada em compreender o movimento e as flutuações associados ao processo de dispersão, rejeição e associação temporal e longa desses grupos políticos que são, necessariamente, diversos, controversos e dotados de múltiplas camadas.

Nesta introdução, apresentei minha inquietação e meu objetivo de pesquisa; a relevância dela no campo em que se insere, ressaltado o seu ineditismo; e, por fim, a abordagem epistemológica da análise que trabalha o fenômeno com base em sua processualidade e, assim, da identificação de sua matriz sócio-histórica, bem como acolhe seus movimentos e suas

flutuações não redutíveis a uma homogeneidade estática. Este estudo reflete os acúmulos das minhas pesquisas de tese de doutorado, da pesquisa coletiva “Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em que participei como membra do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL), e, finalmente, da minha monografia sobre Junho de 2013 com base na observação participante em todas as manifestações ocorridas no Rio de Janeiro (RJ). Assim, apesar de fazer reflexões que dialogam com as ocorrências do fenômeno por todo o Brasil, os exemplos e casos mobilizados são especialmente referentes à cidade do Rio de Janeiro. O artigo está estruturado em três momentos principais:

1. breve contextualização de Junho de 2013 a partir da polissemia da violência e do recurso a ela nas interações da rua, bem como a identificação dos fluxos entre os sujeitos políticos nas ruas;
2. a alteração da moralidade da violência como legado desse período fundamental aos desdobramentos políticos no Brasil;
3. matrizes sócio-históricas da violência e sujeitos de mudança.

Junho de 2013 e a violência: uma proposta de olhar para dentro

O Brasil não inaugurou o ciclo de manifestações e muito menos foi caso isolado no contexto internacional, apesar de ter agregado especificidades às dinâmicas de protestos contra governos e instituições (GOHN, 2023; NOBRE, 2013). As marchas massivas das Jornadas de Junho de 2013 em quase todas as cidades do Brasil inseriram-se numa onda de contestação global caracterizada pela insatisfação com os modelos de política institucional e cenário econômico, social e cultural. Foi um período de ocorrência simultânea das mobilizações com elevado e descentralizado fluxo de intercâmbios entre sujeitos políticos de diferentes partes do mundo em levantes populares massivos, tendo como catalisador a chamada Primavera Árabe, protestos contra regimes autoritários em países como Tunísia, Líbia, Iêmen e Egito (ALSAYYAD; GUVENC, 2015; ARAFA; ARMSTRONG, 2015). Os ecos ressoaram no Occupy Wall Street, ocorrido nos Estados Unidos; nas ocupações do Parque Gezi e da Praça Taksim, na Turquia; nos Indignados, na Espanha; nos levantes em países da África subsaariana, como Senegal e Burkina Faso; nos protestos estudantis, no Chile; no Nuit Debout, na França; e na eclosão de inúmeras revoltas que se estendem desde então. Essas ocorrências são expressões do que foi chamado por Bringel e Pleyers (2015) de “Geopolítica da Indignação”.

Muito tem sido afirmado e refletido pelo olhar centrífugo que percebe a indissociabilidade das dinâmicas e motivações dos protestos ocorridos no Brasil com os indignados do mundo. O ciclo de insurgência difuso revela o poder da instantaneidade dos intercâmbios entre sujeitos



políticos permitidos especialmente por tecnologias, dispositivos digitais e disseminação das redes sociais. Foram, em toda parte, fenômenos contraditórios, diferenciados em cada território, mas um marco fundamental no cenário sociopolítico de protestos e manifestações no século XIX. Estiveram em jogo, ao redor do mundo, reconfigurações nas formas de ação coletiva, performances, estratégias, novos repertórios, novas possibilidades de organização e o uso intenso de novas tecnologias (BRINGEL; PLEYERS, 2015; GOHN, 2023).

Partindo da perspectiva da geopolítica da indignação global, concentro meus esforços em uma direção diferente. Pretendo adotar uma abordagem que tende ao movimento centrípeto, na medida em que, nesta seção, interessa examinar os encontros nas ruas em junho de 2013 na chave das dinâmicas de reconhecimento e de estranhamento. Por “reconhecimento”, busco refletir as interações que transformaram pensamentos antes dispersos em potencialidades de agrupamento, por identificação e pertença, que podem se definir em alianças momentâneas ou consistentes em sua permanência. As ações coletivas produzidas por essas convergências puderam inclusive levar a escalonamentos de ideias, práticas e valores (que se deram privilegiadamente por meios alheios às ferramentas de organização tradicionais – como os partidos políticos e sindicatos).

Quanto ao “estranhamento”, examinarei as dinâmicas de medo, repulsa moral, violência e rejeição do outro, bem como seus efeitos em confrontos e diferenciações ocorridas nas Jornadas de Junho, tanto na organização física, na estética das ruas, na territorialidade, nos discursos e nas interações de ódio político. Foi a contundência desse choque relacional que dispersou integrando, ou seja: os desencontros nas ruas fragmentaram e, logo, reorganizaram e agruparam as identificações.

Junho de 2013, no Brasil, ainda inquieta analistas de muitas áreas (VELHO; MORAES; PERRUSO, 2018). Foi um processo contraditório e multitudinário com alguns aspectos gerais que funcionam como indicadores do fenômeno, seja em termos da relação direta com o que ocorria globalmente e em termos de suas especificidades: houve uma célere e diversificada difusão dos protestos pelo país; a forte presença da crítica ao sistema político e da descredibilidade de partidos e instituições;¹ a notada dificuldade enfrentada por sujeitos coletivos tradicionais em pautar as ruas diante de mais de uma década de governos do Partido dos Trabalhadores (PT); o uso intensivo das mídias sociais e dos dispositivos digitais para o engajamento político; as barreiras sociais, econômicas e culturais no acesso à cidade; os escândalos de corrupção. Assim, foi constituída uma ampla identidade negativa – indivíduos agregados pelo que são contra–, em meio à aparente hegemonia do PT. Também houve acentuada presença, de força inaugural, das lutas que pautam identidades socialmente marginalizadas, como a negritude, a população LGBTQIA+, as mulheres, os povos indígenas.

¹ O processo crescente *anti-establishment*, posteriormente identificado por muitos autores como sustentação ideológica da ascensão global da extrema direita.

Desse modo, esses aspectos gerais serão aqui abordados partindo das transversalidades entre sujeitos políticos e sua dinâmica de interação.

A diversidade de sujeitos envolvidos nos protestos de junho de 2013 explica, em partes, a complexidade e a heterogeneidade do fenômeno, bem como auxilia na identificação de matrizes e derivações do período. Um primeiro ponto que não é alvo de maiores divergências, seja entre o campo da direita, o campo da esquerda e o campo autonomista, é que as manifestações foram inicialmente convocadas e organizadas pela esquerda organizada em oposição ao governo do PT. A pauta dos transportes não era nova e as ações já se davam no Rio de Janeiro,² por exemplo, por meio do Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens.³ O grupo reunia os chamados “partidos da oposição de esquerda” (PSOL, PSTU, PCB, PCR⁴) e outros movimentos e coletivos independentes (movimentos estudantis universitários e secundaristas diversos; coletivos negros; coletivos feministas; movimentos sociais de luta pela moradia – Movimento Nacional de Luta pela Moradia/MNML, por exemplo –, grupos de educação popular, entre outros).

Já em 2013, nas primeiras manifestações contra o aumento das passagens de ônibus, outros coletivos, movimentos e indivíduos de linha alterativista⁵ passaram a integrar as ações. Já quando os protestos assumiram dimensão incontornável e se espalharam por todo o Brasil com grandes quantidades de manifestantes nas ruas, os partidos governistas também frequentaram as ruas (os próprios coletivos e juventudes internas ao PT, PCdoB e até o PMDB⁶). Esse foi o momento em que a mídia passou a dar visibilidade e agregar narrativas às manifestações, o que inchou os protestos e estimulou a incorporação de partidos governistas e das direitas nas ruas. E, é claro, uma grande massa de pessoas com indignações muitas vezes ainda desorganizadas. De todo modo, havia a forte presença de um sentido *anti-establishment* (contrário à velha política, às instituições e ao mercado político), associado ao teor anticorrupção. Havia, nesse sentido, à

² É possível atestar que a quase totalidade da literatura de ampla divulgação sobre os movimentos de junho de 2013 concentra-se em São Paulo. Foram diversas as cidades que estiveram mobilizadas durante o período – o que, aliás, é um dos demarcadores de sua importância histórica. Tivemos a oportunidade de trabalhar, de 2016 a 2019, no projeto Transformações do Ativismo no Brasil: Junho de 2013 em Perspectiva Comparada, em que buscamos trazer outras cidades para o radar de discussão de Junho de 2013 e que também tiveram significativas e massificadas mobilizações no período, são elas: Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES). Apesar de todos nós estarmos implicados no projeto no que se refere à sua interação, estive, como integrante do NETSAL, com a responsabilidade de aportar elementos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Por essa razão, os exemplos neste artigo estarão situados no Rio de Janeiro, ainda que sempre fazendo referências em âmbito nacional.

³ Fundada em outubro de 2012 em uma assembleia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Nesse momento, as ações de mobilização contra o aumento das passagens, as demandas por passe livre, o combate à “máfia dos transportes” e as garantias do direito à cidade já eram intensamente debatidos no grupo.

⁴ Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido Comunista Brasileiro (PCB); e Partido Comunista Revolucionário (PCR).

⁵ Os chamados alterativistas integram uma cultura ativista surgida ainda na década de 1990 em oposição à globalização neoliberal e voltado à luta pela justiça global. É considerado um ator transnacional pela literatura da ação coletiva, e é caracterizado por sistemas de organização alternativos aos atores coletivos tradicionais, usando a internet como meio preferencial, e por integrar múltiplas referências identitárias.

⁶ Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB; atual MDB).

exceção dos governistas, uma convergência importante quanto a essas pautas, ainda que fossem apresentadas respostas bastante diversas.

Por fim, (des)encontram-se nas ruas também perspectivas excludentes: de um lado, as lutas por reconhecimento, representatividade e reparação histórica das populações marginalizadas (pessoas negras, indígenas, mulheres e LGBTQIA+), frequentemente associadas ao discurso “politicamente correto”, “pessoal dos Direitos Humanos” e “defensores de bandido”. E, de outro lado, uma numerosa classe média que seguia uma vanguarda que reivindicava um moralismo de caráter religioso, a liberdade do mercado e uma veia de autenticidade caracterizada pelo “politicamente incorreto”.

A este ponto, o leitor já pode imaginar que a interação nas ruas não poderia ser das mais harmoniosas e também compreender a impossibilidade de que Junho de 2013 seja sintetizado em uma consideração homogênea. Os encontros e desencontros no fluxo das ruas não foram, entretanto, dos mais óbvios. Houve deslocamentos que reformularam as dinâmicas intra e entrecampos políticos. A soma de uma insatisfação geral com a política institucional (NOBRE, 2013); a constatação de que os partidos políticos no Brasil não tinham orientações político-ideológicas próprias, mas que se misturavam em uma prática só (ROCHA, 2021); e a perspectiva moralmente conservadora enraizada (TELES, 2020) foram alguns dos elementos que atraíram indivíduos que debutavam nas ruas para o campo de uma direita que se apresentava como contracorrente e destituída de passado político.

Dentro do campo progressista, a militância alterativista e anarquista preferiu dissociar-se daquilo que compreendeu como prática vacilante da esquerda tradicional, que parecia mais preocupada em manter a própria cartilha de apresentação a responder às dinâmicas contextuais. Foi então que criaram um espaço alternativo ao Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem: a Frente Independente Popular (FIP). A FIP passou a produzir materiais próprios, como panfletos e cartazes, que intentavam, principalmente, desvincular suas ideias e a imagem da esquerda política tradicional, acentuando a prática autônoma e antiestatal, por fora do sistema político.

No âmbito nacional, houve um propósito unificador a partir do Movimento Passe Livre (MPL), grupo organizador dos protestos contra o aumento das passagens em São Paulo, que procurou direcionar a pauta comum do passe livre e agregar as diferentes iniciativas do país. Em resposta apropriadora, o campo à direita lançou o Movimento Brasil Livre (MBL), que além da confusa semelhança entre as siglas, propôs um recurso de identificação mais genérico e agregador, que aproximava com facilidade os desavisados.

Por fim, coletivos feministas e coletivos negros colocaram em xeque práticas e estruturas da esquerda que mantinham referenciais racistas e machistas. Nessa direção, muitas organizações, coletivos e movimentos não sobreviveram às reformulações. Começaram a proliferar as denúncias de machismo e de racismo em grupos de esquerda, o que expôs uma



alteração na força política da luta feminista e antirracista, as contradições internas das organizações e a grande inaptidão de lidar com processos corretivos e reparadores que não uma elaboração punitivista. Cabe destacar que 2013 foi apenas o início de uma tendência crescente da força política dessas lutas e do processo fragmentário de inúmeras organizações. Militantes orgânicos, dirigentes e lideranças ativas de grupos de esquerda, anarquistas e alterativistas foram, aos poucos, desvinculando-se de suas organizações para passar a atuar em pautas específicas, campanhas, ações coletivas, em dinâmicas menos individualmente exigentes.

Houve também a necessidade de ampliar a noção de campo à esquerda, que se sentiu ameaçada pela existência de uma ultradireita e, amedrontada, passou a reunir-se como “campo democrático”. No Rio de Janeiro, houve um primeiro encontro com essa perspectiva dentro do campo de futebol, à meia luz, na UFRJ. Ali, a preocupação central sinalizada deixou de ser o PT e a maior disputa de direito à cidade e à vida passou a ser contra a direita “desavergonhada” que mostrava as caras. Assim, além dos atores políticos inicialmente presentes nesses espaços, somaram-se também o PT e o PCdoB.

A intensidade da ocorrência dos fatos, adensados em poucos dias, seguia a celeridade das dinâmicas catalisadas nas ruas e que se prolongaram nas redes sociais. O escritor conservador de direita, Flavio Morgenstern (2015), para quem tudo começou em São Paulo,⁷ diz, em seu livro sobre Junho de 2013, que foi no dia 13 de junho, nas manifestações paulistas, diante de excessos da força repressiva policial, que ecoou pela primeira vez nas ruas a palavra de ordem “sem violência”. Esse grito foi, de fato, muito utilizado a partir de então. E, segundo o autor, não era óbvio para quem se dirigia esse grito que, em si mesmo, era um ato de violência, dada a sua força. Quanto a isso, estou de acordo: os gritos de “sem violência” não foram dirigidos apenas para a polícia militar e foram usados de maneira verdadeiramente violenta em muitas ocasiões.

Considero quatro circunstâncias sintetizadoras do direcionamento dessa palavra de ordem: dos manifestantes, de maneira ampla e combinada, contra a violenta repressão policial; de alas da esquerda tradicional que a repetiam com intuito de diferenciar-se de anarquistas e da tática *black bloc* em barricadas e “quebra-quebra”; mais uma vez, os militantes da esquerda tradicional que foram perseguidos por vestir vermelho e por portarem bandeiras, tendo sido física e gravemente agredidos por manifestantes com máscaras do personagem do filme *V de vingança*, e/ou pinturas de verde e amarelo, grupos neofascistas e outros; e, por fim, de manifestantes de uma maneira geral, quando chegavam jovens de setores populares – nesses casos, presenciei situações em que o grito não bastava e muitos sentavam-se no chão na urgência de se diferenciarem.

⁷ Já destaquei meu desconforto com esse tipo de abordagem antes e o repito aqui: as análises centradas em São Paulo deixam muito a desejar em nossos debates sobre as Jornadas de Junho.

Pode-se dizer que, aos poucos, a relação de pertença com Junho de 2013 passou a ser evitada. No debate público e acadêmico, alguns analistas de uma perspectiva à esquerda defendem a tese de que o período consiste no germe da serpente reacionária do Brasil, e estabelecem uma relação causal entre Junho de 2013 e a ascensão da extrema direita nos últimos anos. Boa parte daquele setor reunido no “campo democrático” formado nas Jornadas de Junho acompanha essa análise e, com isso, parecem enterrar a própria participação nesse processo. Outros, entendem esse momento como um princípio revolucionário que foi solapado pela força da direita nas ruas e a ação vacilante de movimentos e organizações de esquerda.

Cabe destacar que, da perspectiva à direita, as opiniões contraditórias não são geradoras de polêmica, porque não carregam o peso da frustração final, mas sim do marcador de um início. Para Flavio Morgenstern (2015), foi o presente que a esquerda deu para a direita. Josias Teófilo, cineasta que se autoidentifica como da direita conservadora, em seu filme *Nem tudo se desfaz* (cujo cartaz é composto de uma foto do Bolsonaro e, ao fundo, a famosa imagem de Junho de 2013 no Rio de Janeiro), concorda com o primeiro, mas elabora diferentes perspectivas sobre as barricadas, as ocupações e o uso da violência. Se Morgenstern os associa como práticas da esquerda a que a direita veio a se contrastar e apresentar suas ideias e pautas, para Teófilo nascia ali o “poder revolucionário das massas” com ideais da direita. Que, aliás, ele ressalta que poderia ser chamado de Maio de 2013, quando Jair Bolsonaro foi a público pela primeira vez fazer um discurso para mais de 100 mil evangélicos na marcha cristã. O cineasta ainda ressalta que o título do filme se refere às continuidades de Junho, que atingem um ápice com a eleição de Bolsonaro, mas não acaba por aí: “mesmo que Bolsonaro não se reeleja, o que foi instalado vai ficar”, disse em entrevista à Leda Nagle em 2021.⁸ A partir da rejeição da esquerda à Junho, foi crescente a mudança de perspectiva e apropriação daquele período pela direita.

Na concepção deste artigo, as Jornadas de Junho representam esse período constelar no sentido de múltiplos fatores que levaram a insatisfação popular às ruas, com sentimentos muito presentes de medo, revolta, desconfiança com o sistema político e desejo por uma solução imediata. Não é de se estranhar que com esses sentimentos compartilhados de maneira geral, ainda que por vias diversas, os sujeitos antes dispersos se unissem em protestos que funcionaram, naquele momento, como sistema de mobilização dos afetos e uma percepção de restituição do protagonismo de uma história que os arrastava a frustrações diárias. Havia um contexto de esgotamento político das projeções não realizadas em mais de uma década de PT; da política que publicamente anunciava crise, mas realizava investimentos exorbitantes em megaeventos esportivos; das dificuldades econômicas da crise de 2008 que esbarravam nas

⁸ Ver: CINEASTA Josias Teófilo: filme *Nem tudo se desfaz* é novo filme do cineasta de Jardim das Aflições. 2021. Vídeo (49min). Publicado pelo canal Leda Nagle. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VPH5oR5E8Uk>. Acesso em: 30 nov. 2023.

diferentes camadas sociais, mas que atingiam especialmente a classe média quanto à expectativa de futuro frustrada (BRINGEL, 2021).

Desse modo, Junho colocou nas ruas um encontro daqueles que, nas palavras de Olavo de Carvalho (2013), viviam na “espiral do silêncio” com uma esquerda que incansavelmente se pronunciava sozinha. Na abordagem de Carvalho, muitos sujeitos políticos desaparecem do cenário, o que a torna frágil e contestável. Mas é verdade uma nuance implícita no que ele diz de que esses sujeitos políticos não foram criados ali, suas ideias já se colocavam em disputas (notadamente nas universidades e nas redes sociais) e, conforme Camila Rocha (2021) demonstra, já buscava meios de ampliar seu público, inclusive por meio das ruas, apropriando-se de um discurso antipolítica e anticorrupção.

Quando pensamos nas dinâmicas das ruas, nos ataques sofridos pelos atores da esquerda tradicional (sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais) por múltiplas partes, tratamos de observar suas tentativas vazias de controlar qualquer violência. Nessa reatividade, acabou igualando-as em essência – a violência da polícia, a do jovem de periferia, a das ações diretas da esquerda radicalizada e a dos diversos grupos de direita – e houve, notadamente, um recuo com o propósito de se apresentar como versão ponderada do cenário político. Um estranhamento amedrontado foi instalado diante da violência, enquanto o campo à direita viu nela uma maneira de crescer e espalhar.

Um clima de desconfiança estava estabelecido nas manifestações: “a que grupo pertence essa pessoa?”. O medo estava disseminado, tendo em vista que a linguagem entre os grupos políticos era violência, muitas vezes física. A população, assustada com como a situação se desenvolvia, noticiada pela cobertura midiática do caos instalado, se via dividida entre apoiar a revolta que também sentia e o ímpeto de que a polícia fizesse valer sua autoridade e restabelecesse a ordem. Aos poucos, isso começou a não parecer opções dissonantes e excludentes, quando o grupo político à direita passou a ser exibido como revoltado e também ordeiro – os amigos dos militares.

O imaginário coletivo brasileiro é, com facilidade, impulsionado a concatenações que tomam por referência a relativização de períodos mal resolvidos na nossa história, os quais autorizaram graus abusivos de violência nas práticas estatais. Refiro-me ao período da ditadura militar e como se deu a redemocratização, assim nomeada antes de ser experimentada. Esse debate será retomado na última parte do artigo. Neste momento, importa entender como a violência, e a demanda por ela, foi penetrando não apenas os discursos, mas as práticas políticas, inclusive em suas camadas institucionais de face pública.

A questão da violência é marca fundamental do fenômeno aqui refletido. Segundo Solano *et al.* (2014), até 2013 a violência nas lutas sociais era analisada sob duas perspectivas principais: uma na área rural, com as ocupações de terras e muito associadas à ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e nos protestos antiglobalização da década de 2000-2010.

Os movimentos sociais urbanos eram pouco associados aos recursos à violência. Em 2013, o uso da violência passou a ser recorrente. Para esses autores, isso se deu especialmente com os grupos *black blocs*. Contudo, foi o conflito violento entre manifestantes o aspecto caracterizador do período, o que depois encontrou múltiplas vias de realização (pelas redes, instituições e ruas) e expressou anseios de um fazer político orientado por referenciais belicistas.

A alteração da moralidade da violência como legado

Junho de 2013 passou por um breve período de estiagem e reconfiguração das pautas. A retomada das ruas, no ano seguinte, se deu em torno da pauta contra a Copa do Mundo de futebol e as remoções a ela associadas. Os grupos à esquerda retomaram o protagonismo e foram duramente reprimidos com quase o dobro de recursos de armas químicas não letais e de contingente militar no ataque. As eleições de 2014 foram marcadas pela violência e pelo medo e historicamente polarizadas entre o candidato da direita tradicional “democrática” e a candidata do PT, Dilma Rousseff. Vitória do PT. Entre 2015 e 2016, a direita voltou massivamente às ruas pedindo o *impeachment* de Dilma. Houve o golpe parlamentar em 2016, interrompendo o mandato da ex-presidenta. Em 2016, a direita foi eleita em prefeituras centrais à política do país, como no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 2018, é decretada uma intervenção federal no Rio de Janeiro, marcada pela ocupação militar na favela da Maré. Em março daquele ano, a vereadora Marielle Franco (PSOL) foi executada. Em abril, Lula, o favorito às eleições presidenciais, é preso. As *fakes news* assumem importância central na comunicação política. O ano termina com a eleição do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro. Quatro anos de governo em que o bolsonarismo foi institucionalizado e radicalizado. Em 2020: pandemia de covid-19. O Brasil torna-se epicentro da doença. Cresce o negacionismo entre a população. Lula é eleito em 2022. Novembro desse mesmo ano: acampamentos bolsonaristas por quartéis gerais de todo o país exigindo intervenção militar. Em 8 de janeiro de 2023: tentativa de golpe por bolsonaristas radicalizados.

A relação entre violência e protestos é recorrente e tradicionalmente explorada pela teoria dos movimentos sociais, em especial quanto a seus fatores de mobilização e desmobilização de sujeitos políticos. Ela foi refletida em diferentes camadas, seja com base na ação dos indivíduos, nas suas relações sociais e nos contextos sociopolíticos e culturais em que estão inseridos (STANKO, 2002; GOHN, 2014). A violência, porém, vai se sedimentando e constrói acúmulos nas processualidades. No caso brasileiro, ela está associada a estigmas sociais consolidados, como os de estrutura racista verificáveis pela noção de “sujeição criminal” (MISSE, 2010) e por meio do que a “sociabilidade violenta” expressa (SILVA; MENEZES, 2019). Parto do pressuposto de que as violências não são isoláveis, na medida em que criam imbricações interdependes. A violência em sua ancoragem de “monopólio estatal”, a violência repressora do Estado policial (DELLA PORTA; HERBERT, 1998); a “violência rotinizada” (GOMES, 2016), incorporada aos



cotidianos de determinadas parcelas da sociedade; e, por fim, sua estruturação no imaginário político, que é refletido, especialmente, nas bases do autoritarismo.

Se Junho de 2013 foi um momento em que, nas palavras de Cláudio Couto, “se abriram as comportas da antipolítica no sentido mais forte” (ANTIPOLÍTICA, 2023), foi também um marco de ativação da participação na política brasileira. A partir daquele momento proliferaram-se formas de articulação coletiva, especialmente estruturadas por uma afirmação crítica aos espaços tradicionais de participação e representação política. Por fora de organizações históricas, como partidos, sindicatos e movimentos sociais mais formais, foram realizadas reconfigurações das militâncias que acomodaram questionamentos de grupos políticos antagônicos em novos formatos de associativismo.

Cabe destacar o papel do avanço das redes sociais e artefatos digitais que viabilizaram uma intensa, aproximada e constante via de engajamento e (des)informação. Segundo Maria da Gloria Gohn (2023), esse aspecto também explica, em parte, as transformações ocorridas com as posições “antipolítica” e “antissistema” que, ao longo dos protestos de junho de 2013 e além, foram apropriadas por setores da direita conservadora. De maneira curiosa, a perspectiva conservadora conseguiu ocupar o lugar de representante antissistema no imaginário e apresentou-se como a “nova política” que se somava à velha moral. Desde as Jornadas de Junho, cresceu visivelmente o número de organizações e movimentos políticos que, por meio das redes sociais, da mídia, das *fake 137news*, das igrejas e de outros palanques – inclusive institucionais, chegando à Presidência da República em 2018–, passaram a engajar por meio de uma “política do ódio” e o orgulhoso “politicamente incorreto”. A política vetorizada pela violência e pelo medo retroalimentados, no movimento de Junho de 2013, foi o ensaio do que se tornou imperante nas manifestações pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2015-2016, chegando ao cenário da eleição de Jair Bolsonaro e seus anos de governo.

Assim, podemos dizer que, desde Junho de 2013, vem sendo acentuados conflitos em torno da violência, seus usos e a quem cabe sua moral. O debate se prolongou e viveu diferentes momentos, dando o tom das reconfigurações na política brasileira, sentida por todos em meio à extrema e crescente polarização política. O que essa alteração na moralidade da violência permitiu ao longo dos anos? O que foi observado em junho que nos ajuda a compreender seus legados e outros desdobramentos?

O avanço e a multiplicação das novas tecnologias geraram alterações significativas nas dinâmicas políticas contemporâneas e foram acompanhados pela crescente importância do campo de estudos sobre política e ambientes digitais, que assumiu duas tendências centrais (SARTORIO, 2023). Se, inicialmente, a internet foi vista como uma possibilidade de democratização, ao ampliar a circulação e produção de informações e estimular a participação mais ativa dos cidadãos no cenário político, tendência posteriormente chamada “tecnomistismo” (RHEINGOLD, 1993; CASTELLS, 2013); uma contratendência sugeriu uma perspectiva menos otimista, por

meio da qual a disseminação ampliada da internet era vista como multiplicadora de outras possibilidades de criação de instrumentos ainda mais sofisticados de controle social e de ação de grupos cada vez mais centralizados (BUSCHSTEIN, 1997).

O contexto brasileiro demonstrou, contudo, que essas não são tendências excludentes. A lógica interativa das redes definitivamente permitiu que cidadãos, antes alheios aos debates políticos, pudessem diversificar e escolher suas fontes de informação. Imaginários antes dispersos puderam construir dinâmicas de pertencimento (comunidades) em redes sociais, para compartilhar, reafirmar, modificar e intensificar seus ideais. Para parte dessas pessoas, antes despossuídas de laços comunitários, esses artefatos foram recursos de redenção. Mais ainda, os dispositivos tecnológicos possibilitaram também que o próprio indivíduo tivesse papel ativo na mediação e produção de conteúdo e debates, confirmando perspectivas que apostaram em modelos de participação *on-line* (TSAGAROUSIANOU; TAMBINI; BRYAN, 1998; NUNES, 2018).

Destacam-se também os usos e impactos das novas tecnologias na esfera institucional e na organização de atores políticos. Muitas pesquisas apontam que governos e empresas têm ampliado sua capacidade de controle e vigilância por meio de filtros que restringem ou neutralizam o acesso a determinados conteúdos, questão que, no Brasil, esteve no debate político no contexto de aprovação do Marco Civil da Internet, em 2014, motivado pelas ocorrências de 2013 (CURZI *et al.*, 2021; PIAIA, 2021). Há ainda, a capacidade que têm as empresas privadas de investir em produção e circulação de conteúdo que podem colaborar com governos. É o caso do Gabinete do Ódio, no Brasil, alvo, desde 2020, de investigação do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Polícia Federal (PF).

Podemos dizer que o aspecto inquietante nesse debate tem menos a ver com a internet e as redes sociais em si mesmas e mais com o interesse e os meios de viabilizar sistemas de mobilização de afetos. A administração psicopolítica dos sujeitos têm sido ferramenta eficaz para os redirecionamentos da política global. O autoritarismo, aos poucos, não é algo que se despeja contra o povo, mas que passa a ser demandado, defendido e acionado por amplos setores dele. Há crescente adesão popular às práticas autoritárias. Isso permite, por exemplo, um alto grau de reconfiguração política sem que haja alteração de regime: podemos flexibilizar a democracia liberal ao ponto em que nela seja acomodado o autoritarismo.

Certo fascínio fetichizado foi também estabelecido nos confrontos de Junho de 2013, que, no espírito revolucionário espreado, requereu dos manifestantes habilidades de confronto e possibilidades de defesa. Foi central, por exemplo, para o desenvolvimento posterior das discussões em torno da legalização das armas,⁹ em que foi proeminente o posicionamento de que todo cidadão deve estar armado à altura dos criminosos para exercer sua defesa em igualdade de posições. Essa abordagem vem sendo sustentada pelo campo à direita.

⁹ Nota sobre o decreto de Bolsonaro e seus efeitos.

Contudo, o debate da violência e sua alteração moral não é redutível à divisão entre entusiastas do uso da violência e aqueles que são contrários. Apesar da postura defensiva do campo à esquerda organizado durante as Jornadas de Junho, é também verdade que seu recuo e sua ponderação levaram a, em muitos casos, realizar demandas de proteção policial quando esta pareceu omitir-se de violências dirigidas aos militantes vestidos de vermelho. A resposta punitivista também pareceu a preferencial para lidar com os ataques de violência nas redes sociais e as agressões motivadas por ódio político. Essa relação foi especialmente percebida na pandemia de covid-19, quando o negacionismo da direita levou a práticas que desrespeitaram as medidas emergenciais sanitárias que orientavam o mundo inteiro naquele momento. O tema tornou-se parte da polarização política no Brasil e foi desconcertante que a solução muitas vezes defendida pelos setores de esquerda era a de repreender e punir aqueles que não atendiam às orientações. Por fim, esses exemplos em caráter ilustrativo subsidiam o argumento em torno do paradoxo da esquerda que, diante da violência caótica e não localizável, terminou por clamar políticas repressivas, tradicionalmente identificadas pela esquerda como práticas autoritárias. A desproporcionalidade de forças, ou mesmo o desconhecimento dos recursos do campo adversário, quando enfrentada a dinâmica insurrecional da direita, levou à amedrontada requisição pelo arbítrio estatal. Alguns elementos fundamentais podem ser destacados com base nesse cenário.

O primeiro trata de um aspecto de desidentificação da esquerda. Já era tema de questionamento interno à esquerda e por parte da geração tendente ao autonomismo o processo de burocratização dos partidos políticos e movimentos sociais ao longo dos governos do PT. A burocratização foi, muitas vezes, posta em oposição à vitalidade das ações, inclusive associando os repertórios de ação da esquerda como “performáticos” (GURGEL, 2015).

A presença da direita nas ruas impulsionou um movimento de arrasto em busca da soma de forças. Nesse movimento, abre-se o flanco de negociação pela unidade, em que a primeira característica a ser renunciada foi a própria afirmação de uma esquerda radical, autônoma e desburocratizada. Foi o passo que trouxe a unidade pela chave da democracia, e não de projetos à esquerda, afirmando um conceito de unidade ampla do progressismo. A democracia tornou-se, aliás, a principal bandeira da esquerda dali em diante, na tentativa de resguardar o funcionamento regular das instituições, a defesa dos direitos civis e a contenção do ímpeto reacionário.

Nesse contexto, a esquerda também passa a privilegiar um discurso caracterizado por ascendente linha “civilizada” e ponderada nas ações políticas. Uma busca por incorporação à moral de que foi destituída por estereótipo e por afirmação de projetos políticos. O processo de desidentificação levou, contudo, à busca por uma blindagem moral. Essa é uma operação subjetiva que não é simples e que toca em raízes mais longevas de busca por aceitação ou mesmo por ocupar o lugar de ser ouvido. Adotar a forma de sociabilidade do opressor (ou, nesse caso,

sua moral), tem a ver com os processos de que fala Mbembe (2020) do ser colonizado por uma perspectiva subjetiva, ou de colonização do imaginário. A adoção de comportamentos que em princípio rejeitam, mas que refletem certa internalização subjetiva e a busca por aceitação como estratégias de sobrevivência – ou de mitigar a opressão. Elas não são, contudo, necessariamente conscientes, mas integram as respostas possíveis.

Essa dimensão nos leva ao segundo aspecto a ser destacado que parece, à primeira vista, tratar de um movimento adverso ao que foi dito antes. Trata-se da conflitualidade interna ao campo de esquerda que imprimiu a ela um caráter crescentemente popular e protagonizado por lideranças de populações historicamente marginalizadas. O assunto já foi preconizado na sessão anterior, mas cabe retomar por seu prolongamento e papel nas reconfigurações das formas de luta, ativismo e militância. As lutas identitárias mostraram-se terreno de disputa. Se por um lado exerceram papel fundamental para reafirmar um marcador de classe popular dos movimentos, realizar o já tardio exercício de alterar até mesmo a face representativa das mobilizações e apresentar outras dinâmicas internas que não reafirmam as estruturas centralizadas e com papel de “vanguarda formadora” das massas. Por outro lado, foi crescente a apropriação das pautas antirracistas e feministas por uma via não apenas liberal, vertente mais comumente inserida nas lutas à esquerda e muitas vezes misturada a elas, como também apropriações pela extrema direita, que faz uso das representatividades para trazer pautas antifeministas e contrárias ao sentido reparador da negritude.

Um terceiro elemento, importante para verificar esse deslocamento de sentidos dos dois campos em questão, foi o giro da esquerda às disputas parlamentares. Se, antes de 2013, o discurso apartidário ganhava muita força na juventude e motivou as mobilizações do período que, em grande parte, negava a política institucional (ou o modo como era conduzida), vimos, posteriormente, um crescimento desses setores nas disputas eleitorais a partir de 2014. De modo ainda mais imponente, na conjuntura pré-eleitoral de 2016 e 2018, membros de coletivos optaram pela participação institucional, chegando a associarem-se a partidos políticos como meio tático de estar na disputa.

Segundo argumenta Gohn (2023), coletivos identitários deram origem inclusive a “bancadas ativistas” para atuação parlamentar (no caso das mulheres, são destacados os exemplos da Somos Muitas, em Belo Horizonte, criado após Junho de 2013; e a Bancada Ativista, em São Paulo). Há, nesse sentido, inegável mudança na forma como esses grupos passam a encarar a relação com o Estado a partir de Junho de 2013 (GOHN, 2023). É necessária, contudo, uma análise mais aprofundada sobre isso, em especial pelo que significou a execução da vereadora do PSOL, Marielle Franco, em 2018, a qual acumulava marcadores sociais que eram mote das lutas identitárias: mulher negra, favelada e bissexual. Uma das respostas à sua execução, inclusive, foi o aumento do número de mulheres negras faveladas concorrendo a cargos parlamentares, seguindo a tendência já demarcada desde 2013.

Esses elementos nos situam em dinâmicas, movimentos e deslocamentos dos campos políticos em questão, mais especificamente o da esquerda. Para avançar no entendimento quanto à inserção do campo da direita em junho, alguns elementos são centrais. O primeiro é a captura da crítica antissistema e seus direcionamentos com as mobilizações de junho de 2013. A narrativa antissistema foi sustentadora de outras canalizações fundamentais. Antes de mais nada, ser o enunciador da negação de algo, já o distancia, de imediato, da possibilidade de ser associado com o alvo dessa acusação. Tornou-se viável, então, que a emergência da “nova” direita, como muitas vezes se identificou, fosse apresentada como alternativa ao contaminado ambiente político-institucional. Esse recurso também possibilita uma contrariedade totalizadora, na medida em que “antissistema” desenha um cenário em que sistema é tudo, com exceção do enunciador. Ou seja: os polos estão previamente definidos como todo o resto de um lado e o campo da “direita conservadora” de outro. Note também que essa ferramenta discursiva teve um impacto significativo no processo antes mencionado de desidentificação do campo da esquerda.

Em 2013, a força da direita nas ruas esteve alicerçada na ideia antissistema e é importante ressaltar isso, porque foi estruturante para o estabelecimento de um sistema mobilizador de afetos. Outros componentes do “anti” foram associados, como “anticorrupção”, “anti-PT” e “anticomunista”, servindo como ponto de partida para outras negações circunstanciais e para a disseminação de ideias negacionistas de modo amplo. Também é nessa chave que são acomodados os ímpetos “revolucionários”, na medida em que se o problema é do sistema, são demandadas soluções de rupturas.

A ameaça às mudanças necessárias “antissistema” são poderosas e enraizadas nas estruturas, o que demanda dinâmicas de ação sempre em caráter de “urgência” e na forma de “ultimato”.¹⁰ E se estamos tratando de uma última oportunidade de agir, é preciso lançar mão de tudo que se dispõe: a permissividade à violência tornou-se regra consentida, dado que a pauta política fora apresentada como questão vital – “vida ou morte”, “estamos em guerra”, “eles ou nós”. Os medos giravam em torno de questões moralmente apocalípticas: o que chamam de “ideologia de gênero”, isto é, crianças sendo “induzidas” nas escolas a orientações homoafetivas e a “mudar de sexo”; a ditadura comunista ser instalada; perseguir as religiões e impor o ateísmo; entre outras “ameaças” disseminadas. Casos emblemáticos do extremismo fatal já na disputa

¹⁰ Essa relação com a temporalidade da urgência e dinâmica de ultimato foi identificada em minha pesquisa de doutorado que teve por metodologia a observação e sistematização das interações em 18 grupos de WhatsApp de bolsonaristas ao longo de três anos, além dos trabalhos imersivos de campo nos acampamentos em frente aos quartéis gerais – no Rio de Janeiro (RJ) e em Vila Velha (ES) –, ocorridos em novembro de 2022 por todo o Brasil (SARTORIO, 2023).

eleitoral de 2018, por exemplo, corroboram essa distorção, como o caso do capoeirista Moa do Katendê, que foi executado a facadas por um eleitor ao declarar-se contra Jair Bolsonaro.¹¹

Assim, não apenas como recursos discursivos, mas também nas práticas da extrema direita, esteve presente o fundamento de guerra transmutado à arena política. O poder e seu exercício foram estruturados por meio de violências ancoradas no masculinismo e no militarismo (SARTORIO, 2023). Alguns exemplos, como as pressões em torno da legalização das armas¹² e a multiplicação de clubes de tiro,¹³ confirmam isso. Também foi intensificada, ao longo de 2013 e posteriormente, as manifestações públicas de intervencionistas que passaram a atribuir uma referência mítica à memória da ditadura militar, reivindicando-a como revolução brasileira e ato heroico dos militares para salvar o Brasil do comunismo.

Matrizes sócio-históricas da violência e sujeitos de mudança

Cresceu, a partir de junho de 2013, a ideia de que “o gigante estava acordando” de uma grande mentira. A disseminação e o fortalecimento de ideias negacionistas e teorias da conspiração passaram pela revisão da história brasileira, em especial quanto às suas feridas não curadas, sobre as quais o Brasil manteve, ao longo do tempo, na ordem dos discursos reparadores, mas não estabeleceu os rompantes necessários. Sobressaem como exemplos, a ditadura militar junto ao processo de redemocratização e a própria escravidão, o racismo estruturante do projeto de nação e, posteriormente, das instituições do país. Essas memórias foram mantidas, reivindicadas e lembradas no âmbito das lutas sociais e até dos discursos públicos oficiais a ponto de, na ausência de uma resposta institucional efetiva, serem enquadradas como ladainha “politicamente correta”. A mesma falta de seriedade com que governo atrás de governo lidou com as feridas abertas do povo brasileiro, grupos políticos à direita passaram a reivindicar, em um tom de humor *pop*, o “politicamente incorreto”. A abordagem, entre outras coisas, consiste em individualizar as culpas e coletivizar um sentido de “vitimismo” às opressões sociais.

O golpe e a ditadura militar no Brasil são um ponto nodal de nossa memória e sua representação ainda é objeto de duras disputas políticas no país, que nos encaminham à

¹¹ CAPOEIRISTA esfaqueado em Salvador foi morto após dizer que era contra Bolsonaro diz SSP. *G1*, Salvador, 8 out. 2018. Ver: Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/08/capoeirista-esfaqueado-em-salvador-foi-morto-apos-falar-de-discorda-de-opiniao-politica-de-suspeito-do-crime.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

¹² Em quatro anos, o governo Bolsonaro (2018-2022) autorizou 695.721 pessoas a ter armas, número que representa 872 novos cadastros por dia. Ver: STABILE, Arthur. Número de brasileiros com autorização para ter arma aumenta 7 vezes durante mandato de Bolsonaro. *G1*, [s. l.], 22 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/22/numero-de-brasileiros-com-autorizacao-para-ter-arma-aumenta-7-vezes-durante-mandato-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

¹³ Na gestão do ex-presidente Bolsonaro, o Brasil teve um aumento de 1.400% em clubes de tiros. Ver: RIBEIRO, Aline. Durante governo Bolsonaro, clubes de tiros tiveram crescimento de 1.400% e chegaram a 2.038 casas em 2022. *O Globo*, [s. l.], 14 ago. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/08/14/durante-governo-bolsonaro-clubes-de-tiros-tiveram-crescimento-de-1400percent-e-chegaram-a-2038-casas-em-2022.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

persistência das defesas da lógica de uma autoridade autoritária. Há uma corrente política que relativiza a violência da ditadura militar ao compará-la com outras experiências na América Latina ditas mais duras que, mesmo com bases frágeis, possui crescente repercussão. O ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, não economizou, ao longo de seus anos de vida pública, em negar a veracidade das denúncias do referido período e em sugerir que a tortura foi uma prática legítima, daqueles militares que tiveram sucesso em deter uma suposta ameaça comunista. Pedretti (2022) argumenta que o período histórico da ditadura militar brasileira consolidou clivagens que passaram a nos estruturar enquanto sociedade e sujeitos. Ele identificou as disputas de sentido e narrativa ocorridas ao longo do regime militar, especialmente voltadas para a questão da violência por meio do confronto entre os atores sociais militares e movimentos sociais.

A abertura democrática e o estabelecimento de uma nova ordem jurídica a partir da Constituição de 1988 sepultou formalmente o regime autoritário. Com efeito, esse processo consolidou os “marcos temporais, políticos e morais que estabelecem rupturas rígidas entre passado e presente; ditadura e democracia; político e comum” (PEDRETTI, 2022, p. 20). Há, nesse sentido, uma clivagem valorativa que distingue as violências estatais no período militar. Em nome de apaziguamento social, “reconciliação” e “pacificação da família brasileira” (PEDRETTI, 2022, p. 114), houve um clamor pelo silenciamento das vítimas do período. Assim, as violências amplamente utilizadas no regime militar, como torturas, execuções e desaparecimentos, passaram a ser narradas como “excessos ocasionais” e investigá-las seria impedir a paz e “realimentar os extremismos”, nas palavras do então senador Jarbas Passarinho,¹⁴ militar que ocupou posições-chave no regime.

Anthony Pereira (2010, p. 53) identifica que todas as ditaduras lançam mão de uma “esfera de terror estatal extrajudicial” e de uma “esfera de legalidade rotineira e bem estabelecida”. No caso brasileiro houve a predominância da segunda esfera, tendo adotado uma forma repressiva caracterizada por uma “legalidade autoritária”. A escolha estratégica envolve, entre outros fatores, a aprovação das ações, tendo em vista a tradição do país de uma perseguição judicial à oposição política¹⁵ e a busca por uma legitimidade interna e externa, o que cria formas subjetivas de perpetuação das ações justificadas no âmbito da lei.

Assim, a repressão brutalmente violenta era instituída por meio da “legalidade autoritária”, justificada pela necessidade de combater o perigo da subversão e do terrorismo, conforme eram classificadas as ações militantes. Era, portanto, semeada a relativização da violência estatal em nome da ordem. Recordemos, por exemplo, que no bojo das ações de Junho de 2013 foi tramitada

¹⁴ Ver discurso em: BRASIL. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, DF, 4 abr. 1975. p. 735-744.

¹⁵ Lembremos o sentido inaugural que a Revolta dos Malês, em 1835, obteve na consolidação da prática repressiva do Brasil. O levante popular de negros escravizados, revelando um alto grau de organização do movimento, implicou não apenas um “vale-tudo” repressivo, em que se lançou mão de tudo que se dispunha para dar fim ao levante e a seus envolvidos, como também, a partir daí, passou a criminalizar traços da negritude em si, como expressividades culturais, vestimentas, objetos de pertença e outros (BATISTA, 2003).

a legislação antiterrorismo do Brasil, que tornou os movimentos e as mobilizações sociais objetos formais desse enquadramento (SARTORIO, 2020).

Da anistia até os novos padrões de “razões de segurança”, o funcionamento da impunidade no período do regime militar foi pautado em legislações e poderes discricionários que permitiram a repressão, o arbítrio e a coerção direta. Os métodos foram conservados e aperfeiçoados pós-redemocratização. Essa construção foi e é estruturante de naturalizações quanto aos graus de violência que podem ser empregados pelo Estado e tornam-se associações imediatas à concepção de autoridade (que, no imaginário brasileiro, assentou-se como autoritária).

O momento da redemocratização apresentou uma disjuntiva entre ditadura *versus* democracia como se, naquele instante, o autoritarismo ditatorial fosse tornado passado e o que tínhamos então era uma democracia. Esse esforço imperioso de nomear funcionou como uma espécie de antecipação de uma imagem prematura, isto é, de uma promessa ainda não concretizada, o que tornou os parâmetros do sentido de democracia um processo transitório ainda muito ancorado em estruturas autoritárias.

A redemocratização ocorre de modo a retirar dos holofotes a direita mais radical, mantida no subsolo do desenvolvimento histórico das décadas seguintes. Sua permanência se expressa como vetor cultural, econômico e político (ainda que à sombra do poder político institucional). Nesses termos, a partir dos anos 1990, a direita passa a disputar mais os territórios e a sociedade. Três vetores circunstanciais e convergentes me parecem importantes de serem ressaltados aqui:

1. as relações de trabalho e os impactos subjetivos a partir do momento convergente da década de 1990 no Brasil da redemocratização e do avanço desordenado do neoliberalismo na América Latina;
2. como funcionou o *lobby* militar no processo da constituinte e o seu soerguimento paulatino e estruturante do Estado;
3. as disputas territoriais e da sociedade combinadas à convergência política com o (neo)pentecostalismo e sua crescente relevância no Brasil.

Podemos dizer que houve um esforço das direitas de desvincularem-se, no processo de redemocratização, da tendência autoritária à qual estavam associadas, especialmente na América Latina e nas experiências da Europa fascista, acompanhando um ritmo global de hegemonia político-ideológica dos Estados Unidos. Nesse sentido, no sistema partidário eleitoral brasileiro, uma roupagem de democracia alterou o tom dos atores sociais e a “direita” passou, então, a se acomodar no amplo espectro “centro” (GOHN, 2023; NOBRE, 2013). As convergências em torno da ideia de centro estiveram alinhadas ao impulso global de afirmação da era pós-ideológica, orquestrada pelo fim da Guerra Fria. Seria, segundo Fukuyama (1992), a experiência do fim da história. Essa associação torna-se elementar para que o projeto político do



neoliberalismo fosse eficiente em sua propulsão: apresentar-se enquanto racional, tecnicista, não ideológico.

São muitas e crescentes as abordagens que consideram as sociedades neoliberais formas privilegiadas de espoliação psíquica (SAFATLE, 2016) ou capitalismo das emoções, dado que o regime neoliberal emprega as emoções como recursos para alcançar mais produtividade e desempenho (HAN, 2018). Nesse cenário, as relações são apresentadas com base na privatização de reações às recusas e dificuldades relativas aos problemas que são sociais – como o desemprego, por exemplo. O indivíduo torna-se o único responsável – e culpável – por seu destino profissional o que, com efeito, esvazia os sentidos coletivos de indignação de ordem político-econômica.

Destaca-se também que essa operação psíquica e relação de trabalho no neoliberalismo produzem outros referenciais de tempo. É operada uma dinâmica da urgência que, combinada à lógica do indivíduo empreendedor de si mesmo, induz a uma individualização crescente com implicações psicopolíticas fundamentais para a compreensão do autoritarismo e da destituição dos laços de pertencimento (tendo em vista o esvaziamento neoliberal do social). Quanto ao autoritarismo, a associação se justifica porque em uma sociedade na qual cada um está por sua própria conta e risco, o sujeito desenvolve a percepção de que a “falha” do outro quanto aos parâmetros de conformidade se deve a uma tentativa de eximir-se da responsabilidade pessoal ou constitui demanda por tratamento diferenciado (NUNES, 2022).

Sustenta-se, nesse sentido, as permeabilidades do que consiste em matrizes sócio-históricas e seus processos de ativação psíquica. Em especial, se estamos tratando de sociedades marcadas pela proeminência de certa economia dos afetos, os mecanismos e sistemas de vetorização para as capturas afetivas tornam-se centrais para processos políticos como o de Junho de 2013. Ademais, isso nos mostra como houve, na inflexão desse período, alterações importantes não apenas nos sistemas de organização de ativismos e militâncias, mas também nos conjuntos socioculturais e das dinâmicas subjetivas. Isso não quer dizer, é claro, que hoje podemos tratar esses aspectos na chave de um todo uniforme. Contudo, nos permite mapear os principais sujeitos políticos e os deslocamentos em termos de apropriações e protagonismos, bem como as ideias que foram, ainda que temporariamente, transferidas a zonas fantasmáticas – como os projetos insurrecionais da esquerda.

Conclusão

Na voz do agitadores mais influentes da direita, como Olavo de Carvalho, Junho de 2013, inicialmente, configurou em perda de personalidade da direita: “Como não poderia deixar de ser em tais circunstâncias, o clamor da massa conservadora acaba se mesclando e se confundindo com os gritos histéricos do esquerdismo mais radical e insano, tudo agora instrumentalizado e

canalizado pela única liderança ativa presente no cenário”. Na sequência, ele diz que “Não se pode dizer que a esquerda tenha “roubado a voz” da direita, pois a recebeu de presente” Ao que conclui: “A insatisfação conservadora transmutou-se em baderna revolucionária e já não tem nem mesmo como reconhecer de volta o seu próprio rosto” (CARVALHO, 2013).

Posteriormente, contudo, não somente Olavo de Carvalho reviu sua perspectiva, como outros influentes da direita atualizaram seus discursos, de modo que o “presente” antes referido pelo autor passou a ser lido em movimento contrário: segundo Flavio Morgenstern (2015), Junho de 2013 foi o presente que a esquerda deu para a direita. Ou ainda, de acordo com o cineasta Teófilo, foi a compreensão de que as massas nas ruas estavam pautadas por ideias conservadoras, a despeito da convocatória de esquerda. Em uma entrevista, diz: “Em junho de 2013, ficou explícito o medo que os governantes têm da massa. O que houve em Brasília mostra isso”.¹⁶ Por meio de malabarismos argumentativos, os influenciadores de direita passam, então, a sugerir que a direita conservadora se expressava por dinâmicas que eles denominam “revolucionárias”, “de massa” e antissistema.

De uma perspectiva à esquerda, autores que não atribuem um caráter reacionário a Junho de 2013 observam os problemas quanto à dispersão dos sujeitos à esquerda no processo de enfrentamento das ruas. Alonso (2023) diz, em livro recente: “faltou diálogo com a rua de direita ainda em 2013”. Já Safatle (2023) afirmou que um aprendizado necessário do período seria a “esquerda entender que diante da população nas ruas, não se vira as costas. Isso aconteceu em 2013”. Não há dúvidas de que o estranhamento com a direita nas ruas levou ao medo e à reação vacilante do campo amplo das esquerdas. Não sem razão material, dada a desproporcionalidade de forças e recursos, em especial porque implicava soma das direitas com os ataques das forças policiais repressivas.

O que é central, para além das perspectivas sobre Junho de 2013 da direita ou da esquerda, é observar que as dúvidas e o medo vinculados à certa pequenez dos sujeitos de esquerda e suas vulnerabilidades naquele momento implicaram recuo das ruas, ou mais acentuadamente, à fadiga mobilizacional quanto à sua presença e disputa. Houve, nesses termos, um deslocamento do ímpeto insurrecional à direita e à extrema direita. Foram esses os sujeitos que tomaram para si e se mantêm como ocupantes do lugar da vitalidade insurrecional na política brasileira, assegurados da concepção moral de uma legitimidade quanto ao uso da violência para fazer valer seus preceitos que passam, inclusive, pela noção de que lhes cabe o “restabelecimento da ordem” e de que correspondem ao “exército de Deus”. Vimos, ao longo do texto, algumas das evidências dessas alterações nos termos da direita e também da esquerda, a qual passou a operar

¹⁶ Ver: OLAVO de Carvalho, Bolsonaro e a força da "nova direita". 2021. Vídeo (23min). Publicado pelo canal Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=feXcgZnz-Ec>. Acesso em: 11 dez. 2023.

crescentemente na defesa de valores democrático-institucionais, o que se expressa, até mesmo, no aumento de sua participação em ações parlamentares e disputas eleitorais.

O desenho desse cenário na análise aqui apresentada não apenas nos subsidia na compreensão dos fatores emaranhados de Junho de 2013, mas também, e principalmente, indica os desafios por vir. Se a concentração do campo de esquerda toma, por fim, dadas as disputas pela democracia, a vitória eleitoral do Lula (PT) em 2022, a direita vem se pautando para muito além dos resultados eleitorais e segue promovendo seu fortalecimento nas bases dos imaginários coletivos e das práticas de violência. Assim, é possível dizer que as transformações constelares, que foram aceleradas em 2013, relacionam-se com camadas socioculturais, subjetivas e relativas à própria constituição dos sujeitos, suas práticas e seus recursos para sonhar outros projetos de sociedade.

Referências

- ALMEIDA, Brena Costa de. *Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALSAYYAD, Nezar; GUVENC, Muna. Virtual uprisings: on the interaction of new social media, traditional media coverage and urban space during the Arab Spring. *Urban Studies*, [s. l.], v. 52, n. 11, p. 2018-2034, 2015.
- ANTIPOLÍTICA marca ciclo que liga protestos de 2013 a ação golpista de 8 de janeiro. *Folha de S.Paulo*, [s. l.], 3 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/antipolitica-marca-ciclo-que-liga-junho-de-2013-a-acao-golpista-de-8-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 18 out. 2023.
- ARAFA, Mohamed; ARMSTRONG, Crystal. Facebook to mobilize, Twitter to coordinate protests, and YouTube to tell the world: new media, cyberactivism, and the Arab Spring. *Journal of Global Initiatives*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 73-102, 2015.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BRINGEL, Breno. Estallidos de indignación, levantamientos de esperanza: cambios en los sujetos y los sujetos del cambio. In: BRINGEL, Breno; MARTÍNEZ, Alexandra; MUGGENTHALER, Ferdinand (orgs.). *Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en América Latina*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2021.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nov. 2015.



- BUCHSTEIN, Hubertus. Bytes that bite: the internet and deliberative democracy. *Constellations*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.
- CARVALHO, Olavo de. *Quem paga?* Olavo de Carvalho | Website oficial. [S. l.], 26 de junho de 2013. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/2013/06/>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CURZI, Yasmin et al. *Nota técnica do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio sobre o substitutivo ao PL 2.630/2020*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/31348>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- DELLA PORTA, Donatella; HERBERT, Reiter. *Policing protest: the control of mass demonstrations in western democracies*. Social movements protest and contention. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. v. 6.
- FUKUYAMA, Francis; CANAL, Denis-Armand; VÉDRINE, Hubert. *La fin de l'histoire et le dernier homme*. Paris: Flammarion, 1992.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Junho de 2013, 10 anos depois: um enigma a se decifrar. *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 10-38, 2023.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOMES, Simone. *Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- GURGEL, Clarice. O império das imagens. A ação performática entre Acting Out e Passagem ao Ato. *Analytica: Revista de Psicanálise*, São João del Rei, v. 4, n. 7, p. 39-60, 2015.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- MORGENSTERN, Flavio. *Por trás da máscara*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- NOBRE, M. *Choque de democracia*. Razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NUNES, Raul. Atores e práticas ciberativistas no Brasil: esboço de uma história. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 8., 2018, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: UnB, 2019.
- NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu, 2022.



- PEDRETTI, Lucas Lima. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direitos no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PERRUSO, Marco Antonio; VELHO, Diego Ricardo de Assunção; MORAES, Fernando. Junho de 2013 continua interpelando a intelectualidade brasileira. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 13-17, 10 nov. 2020.
- PIAIA, Victor Rabello. *Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- RHEINGOLD, Howard. A slice of life in my virtual community. In: HARASIM, Linda M. *Global networks: computers and international communication*. Cambridge: The MIT Press, 1993. p. 57-80.
- ROCHA, C. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- SAFATLE, Vladimir. 2013, segundo Safatle. *Outras Mídias*. [S. l.], 28 jun. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/2013-segundo-safatle/>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- SAFATLE, Vladimir. *Circuito de afetos*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SAFATLE, Vladimir. Vladimir Safatle: “O Brasil sofre de transtorno bipolar”. [Entrevista cedida a] GZH Porto Alegre. *GZH Porto Alegre*, Porto Alegre, 8 jun. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Vladimir-Safatle-O-Brasil-sofre-de-transtorno-bipolar-4520206.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- SARTORIO, Lara. “*Não sorria. Estamos em guerra*”: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- SARTORIO, Lara. Lei antiterrorismo no Brasil e a centralidade do medo nas transformações dos Estados contemporâneos. *Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 72-90, 1 ago. 2020.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. Dossiê “crimes”, territórios e sociabilidade: comparações entre Rio de Janeiro e São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 529-551, set./dez. 2019.
- SOLANO, Esther. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática black blocs*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

STANKO, Elizabeth. Introduction: conceptualizing the meanings of violence. In: STANKO, Elizabeth (org.). *The meanings of violence*. London: Routledge, 2022. p. 34-51.

TELES, Edson. Memória, ditadura e desaparecimento: o congelamento dos processos de subjetivação. *Revista Limiar*, [s. l.], v. 7, n. 14, p. 278-294, 2020.

TSAGAROUSIANOU, Roza; TAMBINI, Damian; BRYAN, Cathy (eds.). *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. Londres: Routledge, 1998.